

PLANO DE CURSO SEMESTRAL – 2026

COMPONENTE CURRICULAR: UC8 – Narrativas de Identidade e Nação (Unidade Curricular Eletiva)
PROFESSOR: Ulysses Cesar
SÉRIE/TURMAS: 2º A, 2º B, 2º C, 2º D e 2º E – Matutino
PERÍODO: 2º semestre de 2026 (3º e 4º bimestres)

1. APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE

A Unidade Curricular Eletiva UC8 – Narrativas de Identidade e Nação integra os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio do sistema de ensino do Distrito Federal e articula as áreas de Linguagens e suas Tecnologias (LGG) e de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), conforme previsto no Catálogo de Itinerários Formativos 2026, que admite sua regência por docentes de qualquer das duas áreas. Registre-se que o próprio Catálogo apresenta a unidade sob dois títulos — "Narrativas de identidade e nação", no quadro-síntese, e "Sociedade, Literatura, Arte e o sentimento da vida", no detalhamento —, adotando-se aqui a primeira denominação, sem prejuízo dos objetivos descritos na segunda.

A unidade parte de uma premissa investigativa: a identidade nacional não é um dado natural, mas uma construção histórica, produzida por instituições, textos, símbolos e normas jurídicas. Os estudantes examinam obras literárias, documentos oficiais e legislação como produtos de seu tempo e de relações de poder, comparando sistematicamente o discurso simbólico de cada época com a norma jurídica então vigente.

O recorte metodológico privilegia as áreas de formação do professor regente — Direito e Letras com habilitação em Língua Inglesa —, de modo que a análise literária se faz pela via documental e jurídica, e o repertório internacional é trabalhado a partir de fontes autênticas em língua inglesa. A unidade estabelece diálogo permanente com a História, a Sociologia, a Filosofia, a Geopolítica e a Educação em Direitos Humanos, atendendo às Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

2. EMENTA

Estudo da construção histórica das identidades nacionais a partir do conceito de comunidade imaginada e da noção de tradição inventada. Análise comparada entre Brasil e Estados Unidos do descompasso entre a exaltação simbólica de determinados grupos e sua exclusão jurídica contemporânea. Exame do indianismo romântico brasileiro em confronto com a Lei de Terras de 1850 e com o regime tutelar do Código Civil de 1916; leitura de documentos fundadores norte-americanos em língua inglesa em confronto com a escravidão e as leis de segregação racial. Estudo do mito da democracia racial e do racismo estrutural. Direitos territoriais dos povos indígenas, direitos originários e o debate sobre o marco temporal. Desobediência civil, movimentos por direitos civis e o caso Selma. Discurso de ódio, liberdade de expressão e seus limites jurídicos no ambiente digital. Sustentabilidade, territorialidade e povos tradicionais. Produção de repertório sociocultural para o PAS/UnB, o ENEM e a redação de vestibulares.

3. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Conforme o Catálogo de Itinerários Formativos 2026, o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal e a Base Nacional Comum Curricular, esta unidade curricular persegue os seguintes objetivos de aprendizagem:

Código	Objetivo de Aprendizagem
LGG05IF	Analisar criticamente produções culturais e textuais de diferentes épocas, reconhecendo-as como produto de seu tempo e das relações de poder que as constituíram.
LGG07IF	Compreender e utilizar a língua inglesa como instrumento de acesso a repertórios culturais, documentos históricos e debates públicos internacionais.
LGG08IF	Organizar repertório individual e coletivo sobre manifestações culturais, articulando-o à produção de textos argumentativos.
CHSA17FG	Analisar objetos e práticas culturais como expressão de identidades e de disputas sociais, identificando permanências e rupturas.
CHSA66FG	Identificar e discutir processos históricos de exclusão de grupos sociais, relacionando-os às normas jurídicas vigentes em cada período.

CHSAIF01	Investigar a formação das identidades nacionais e regionais, reconhecendo a diversidade étnico-racial como elemento constitutivo da sociedade brasileira.
CHSAIF07	Debater questões relativas a direitos humanos, cidadania e justiça social com base em fontes documentais e normativas.
CHSAIF09	Avaliar criticamente discursos veiculados em meios digitais, reconhecendo manifestações de preconceito e discriminação e seus limites jurídicos.
PV11	Valorizar a diversidade cultural, social, étnico-racial e linguística como elemento constitutivo da identidade nacional.
PV12	Exercitar a empatia, o diálogo e a mediação de conflitos, posicionando-se com base em princípios éticos e democráticos.
PN-IFA	Desenvolver autonomia investigativa e capacidade de argumentação oral e escrita fundamentada em evidências documentais.

4. CONTEÚDOS POR BIMESTRE

BIMESTRE	OBJETOS DO CONHECIMENTO / CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS / RECURSOS	PROJETOS RELACIONADOS
3º BIMESTRE	Eixo 1 – Nação como construção: comunidade imaginada (Anderson); tradição inventada (Hobsbawm e Ranger); distinção entre país, Estado e nação; nacionalismo cívico e étnico. Eixo 2 – A invenção do Brasil: o indianismo romântico; O Guarani e Iracema como documentos; o IHGB e a encomenda da história oficial. Eixo 3 – O que a norma fazia: Decreto nº 426/1845; Lei de Terras (Lei nº 601/1850); regime tutelar do Código Civil de 1916. Eixo 4 – O paralelo em língua inglesa: The Last of the Mohicans (1826) e The Song of Hiawatha (1855); Indian Removal Act (1830); Johnson v. M'Intosh (1823) e Worcester v. Georgia (1832).	Aulas expositivas dialogadas com material didático autoral em formato de livro escolar, com no mínimo dez páginas de teoria por aula, dividido em bloco para realização em sala (60%) e bloco para conclusão em casa (40%). Leitura dirigida de fontes primárias em português e em inglês. Estudo comparado de texto literário e texto normativo. Trabalho individual, em dupla e em grupo. Versões adaptadas para estudantes com adequação curricular.	Seminário Avaliativo da UC8, em metodologia de banco público de perguntas com sorteio. Produção de repertório para redação. Articulação com o PAS/UnB e o ENEM.
BIMESTRE	OBJETOS DO CONHECIMENTO / CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS / RECURSOS	PROJETOS RELACIONADOS
4º BIMESTRE	Eixo 5 – Democracia racial e racismo estrutural: Gilberto Freyre e a crítica de Florestan Fernandes; Abdias do Nascimento; racismo estrutural (Silvio Almeida). Eixo 6 – Direitos originários e territórios: art. 231 da Constituição de 1988; demarcação; marco temporal e Lei nº 14.701/2023; sustentabilidade e povos tradicionais. Eixo 7 – Estados Unidos, do papel à rua: Declaration of Independence (1776); escravidão e leis Jim Crow; desobediência civil (Thoreau); Martin Luther King Jr., Selma e o Voting Rights Act (1965). Eixo 8 – Discurso de ódio e limites jurídicos: art. 5º, XLII, da Constituição; Lei nº 7.716/1989 e Lei nº 14.532/2023; Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014); liberdade de expressão e seus limites.	Continuidade do material didático autoral com divisão sala/casa. Análise de discurso e de documentos oficiais em língua inglesa. Estudo de caso jurídico. Debate regado com atribuição de posições. Reaproveitamento e aprofundamento do material sobre Selma já aplicado no componente PCA. Versões adaptadas para estudantes com adequação curricular.	Seminário Avaliativo da UC8 — apresentação oral individual. Produção de texto argumentativo com repertório da unidade. Integração com projetos escolares e com a Semana de Consciência Negra.

5. PLANO DE AVALIAÇÃO

A avaliação é processual, formativa e contínua, conforme o Currículo em Movimento do Distrito Federal e as Diretrizes de Avaliação Educacional do Distrito Federal. Além dos instrumentos institucionais, a unidade adota o Seminário Avaliativo, em que o banco de perguntas é divulgado previamente aos estudantes, que sorteiam uma questão e a explicam oralmente. Avalia-se a qualidade da explicação — clareza, encadeamento, uso de evidência documental e domínio conceitual —, e não a mera reprodução da resposta. Os estudantes com adequação curricular realizam a mesma avaliação em formato adaptado, admitida a resposta oral e a consulta ao material, com registro no portfólio de comprovação de entrega de atividades adaptadas.

3º BIMESTRE	
INSTRUMENTO	VALOR
Avaliação Multidisciplinar	4,0
Projetos Escolares (Seminário Avaliativo da UC8 — explicação oral de pergunta sorteada do banco previamente divulgado)	2,0
Atividades de Sala (blocos de sala e de casa dos materiais das aulas, fichas de leitura, análise comparada de texto literário e norma jurídica)	4,0
TOTAL	10,0
4º BIMESTRE	
INSTRUMENTO	VALOR

Avaliação Multidisciplinar	4,0
Projetos Escolares (Seminário Avaliativo da UC8 — segunda rodada; produção de texto argumentativo com repertório da unidade)	2,0
Atividades de Sala (blocos de sala e de casa, estudo de caso jurídico, debate regrado, análise de documento em língua inglesa)	4,0
TOTAL	10,0

6. RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincéis e projetor. Material didático produzido pelo professor em formato de livro escolar, com boxes de conceito-chave, curiosidade, alerta, reflexão e síntese, glossário e seção de repertório para o vestibular, distribuído impresso e em PDF. Versões adaptadas de todos os materiais para os estudantes com adequação curricular. Fontes primárias em domínio público, em português e em língua inglesa. Legislação brasileira e norte-americana. Provas anteriores do PAS/UnB e do ENEM. Compartilhamento dos materiais em PDF com o representante de turma para distribuição via Google Drive, garantindo o acesso ao conteúdo diante das limitações de infraestrutura da escola pública.

7. OBSERVAÇÕES PEDAGÓGICAS – PRÁTICAS INCLUSIVAS

O professor adota estratégias de ensino inclusivas integradas à dinâmica da turma, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que orientam a oferta do ensino na sala de aula comum com adaptações metodológicas que beneficiem a todos os estudantes. As adaptações descritas a seguir são incorporadas à explicação coletiva, sem prejuízo ao andamento da turma. O aprofundamento individualizado, quando necessário, é realizado pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), em articulação com a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), sendo esta a instância responsável pelo atendimento complementar e especializado, conforme previsto na Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e na Nota Técnica nº 11/2010 do MEC.

Para estudantes com Deficiência Intelectual (DI), o professor utiliza linguagem simples e frases curtas, divide as tarefas em etapas menores com instruções escritas no quadro, repete conceitos de diferentes maneiras, oferece tempo adicional para realização das atividades, foca nos objetivos de aprendizagem mais relevantes e utiliza exemplos concretos e contextualizados para facilitar a compreensão.

Para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o professor mantém rotina clara e previsível com agenda visual registrada no quadro, utiliza comunicação direta e objetiva evitando linguagem figurada ou sarcasmo, posiciona o estudante em local com menos distrações quando possível, oferece tempo adicional para processamento das informações e antecipa mudanças de rotina com aviso prévio.

Para estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o professor mantém as atividades curtas e variadas, utiliza lembretes visuais no quadro para apoio ao foco e à organização, permite pausas breves quando necessário, posiciona o estudante em local com menos distrações e divide tarefas maiores em etapas menores com prazos intermediários.

Para estudantes com Transtorno de Processamento Auditivo Central (TPAC), o professor minimiza o ruído de fundo, fala em ritmo moderado e tom claro, registra no quadro o conteúdo falado simultaneamente à explicação oral, utiliza palavras-chave e instruções escritas como apoio e posiciona o estudante próximo ao quadro e ao professor.

Para estudantes com Deficiência Auditiva ou Surdez, o professor mantém contato visual durante a explicação, utiliza apoios visuais no quadro de forma sistemática e articula com a coordenação pedagógica e a SRM as condições de atendimento adequadas, incluindo a disponibilização de intérprete de Libras, conforme previsto no Decreto nº 5.626/2005.

Para estudantes com Deficiência Visual ou Baixa Visão, o professor posiciona o estudante em local com melhor visibilidade, utiliza letras ampliadas no quadro, descreve verbalmente os conteúdos visuais projetados e articula com a coordenação pedagógica e a SRM a produção de materiais acessíveis e a disponibilização de profissional de apoio especializado, conforme previsto na legislação vigente.

Para estudantes com Deficiência Física ou Motora, o professor garante que o estudante esteja posicionado em local acessível, adapta as atividades escritas quando necessário, permitindo respostas orais ou digitadas, oferece tempo adicional para a realização de tarefas que exijam escrita manual e articula com a gestão escolar as condições de acessibilidade física da sala e do ambiente escolar.

Para estudantes com Dislexia, Disgrafia, Disortografia ou Discalculia, o professor oferece tempo adicional para leitura e escrita, evita penalizar erros ortográficos isolados na avaliação de conteúdo, permite o uso de recursos de apoio como dicionários e fichas de referência gramatical, prioriza a avaliação oral ou por meio de produções alternativas quando pertinente e valoriza o conteúdo em detrimento da forma na correção das atividades.

Para estudantes com Transtorno de Ansiedade, Depressão ou outros transtornos emocionais e de saúde mental, o professor mantém um ambiente acolhedor e livre de exposição desnecessária do estudante diante da turma, evita cobranças públicas ou situações de constrangimento, é flexível com prazos em momentos de crise, monitora sinais de sofrimento emocional e reporta à coordenação pedagógica e ao serviço de orientação educacional as situações que demandem acompanhamento especializado.

Para estudantes com Epilepsia ou outras condições de saúde crônicas, o professor é flexível com prazos e reposição de atividades após intercorrências de saúde, mantém um ambiente calmo e sem estímulos excessivos, conhece o Plano de Atendimento Individual do estudante quando disponível e aciona a gestão escolar imediatamente diante de qualquer intercorrência em sala.

Para estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, o professor oferece atividades de aprofundamento e enriquecimento curricular, propõe desafios adicionais que estimulem o pensamento crítico e criativo, incentiva a pesquisa autônoma e a produção original e articula com a SRM e a coordenação pedagógica o atendimento complementar previsto em lei.

Para estudantes com combinações de diagnósticos, o professor articula as estratégias correspondentes a cada condição, priorizando a previsibilidade da rotina, os apoios visuais, a flexibilização de prazos e o monitoramento contínuo do bem-estar emocional e acadêmico do estudante, reportando à coordenação pedagógica e à SRM as situações que demandem intervenção especializada.

Nesta unidade curricular, todo material de aula possui versão adaptada para os estudantes com adequação curricular, com redução do volume de leitura, linguagem simplificada, fonte ampliada, destaque das ideias centrais, questões objetivas de alternativa única e parte oral. A entrega das versões adaptadas é registrada em recibo assinado ou em envio por e-mail, com termo próprio para o caso de o estudante optar pela versão regular ou recusar a atividade, sendo tudo consolidado em portfólio de comprovação e registrado no Diário Escolar, conforme a Resolução nº 1/2017 – CEEF, capítulo III, art. 14, inciso II. A entrega é feita de forma reservada sempre que o estudante assim preferir, evitando exposição diante da turma.

O professor utiliza o quadro branco como principal recurso visual e compartilha os materiais pedagógicos em formato PDF com o representante de turma, que os distribui à turma via Google Drive, garantindo acesso ao conteúdo mesmo diante das limitações de infraestrutura da escola pública. O professor documenta as necessidades de materiais e equipamentos que impactam a aplicação de metodologias inclusivas e mantém diálogo aberto com a coordenação pedagógica e com a SRM.

8. REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ALMEIDA, Sílvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Globo, 2008.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ALENCAR, José de. Iracema. 1865; O Guarani. 1857. (Domínio público)

COOPER, James Fenimore. The Last of the Mohicans. 1826. (Public domain)

KING JR., Martin Luther. Letter from Birmingham Jail. 1963.

THOREAU, Henry David. Civil Disobedience. 1849. (Public domain)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts. 5º, XLII, 231 e 232.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850; Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845; Código Civil de 1916, art. 6º.

BRASIL. Lei nº 7.716/1989; Lei nº 12.965/2014; Lei nº 14.532/2023; Lei nº 14.701/2023.

BRASIL. Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 9.394/1996.

DISTRITO FEDERAL. Currículo em Movimento do Distrito Federal – Novo Ensino Médio. Brasília.

DISTRITO FEDERAL. Catálogo de Itinerários Formativos 2026. Brasília.

ESTADOS UNIDOS. Declaration of Independence, 1776; Voting Rights Act, 1965; Johnson v. M'Intosh, 21 U.S. 543 (1823); Worcester v. Georgia, 31 U.S. 515 (1832).